



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS.
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

ROZILDA MASCARENHAS DE SOUZA DA COSTA

**O ASSOCIATIVISMO E OS IMPACTOS NO POVOADO DO JACAREZINHO
EM CABACEIRAS DO PARAGUAÇU-BA.**

CRUZ DAS ALMAS

2018

ROZILDA MASCARENHAS DE SOUZA DA COSTA

**O ASSOCIATIVISMO E OS IMPACTOS NO POVOADO DO JACAREZINHO
EM CABACEIRAS DO PARAGUAÇU-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia da Silva Sodré

CRUZ DAS ALMAS

2018

O ASSOCIATIVISMO E OS IMPACTOS NO POVOADO DO JACAREZINHO EM CABACEIRAS DO PARAGUAÇU-BA

Rozilda Mascarenhas de Souza da Costa

Resumo

O associativismo apresenta-se como ferramenta importante na contribuição do fortalecimento da agricultura familiar, assim como, proporcionar o desenvolvimento local, no entanto, ainda se enfrenta dificuldades no processo organizativo. O objetivo geral deste trabalho foi analisar a experiência e os impactos que o associativismo trouxe para a Associação do Povoado de Jacarezinho em Cabaceiras do Paraguaçu-BA. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado uma pesquisa de campo via estudo de caso, e, os procedimentos metodológicos para coletar as informações foram entrevistas semiestruturadas com 15 associados e com o presidente da associação. Foram realizadas também conversas informais com a Secretaria de Agricultura e Meio ambiente do Município. Os principais resultados apontaram que o associativismo trouxe impactos positivos para o povoado do Jacarezinho, no sentido de proporcionar valorização do local e fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento do local. Foi destacado ainda que, através do processo organizativo outras conquistas foram alcançadas como o posto de saúde, a casa de farinha e o trator. Nesse contexto, o trabalho concluiu que apesar das dificuldades de viver em grupos, os agricultores que conseguem estar reunidos em associações podem trazer vários benefícios para os associados e para os moradores do povoado, no entanto, os processos internos para organização ainda são muito fragilizados.

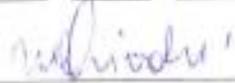
Palavras chaves: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Desenvolvimento local.

ROZILDA MASCARENHAS DE SOUZA DA COSTA

**O ASSOCIATIVISMO E OS IMPACTOS NO POVOADO DO JACAREZINHO EM
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU-BA**

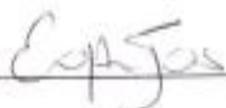
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à Coordenação do Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas, outorgado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em 21/08/2018



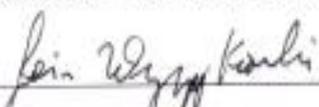
Prof.ª Dr.ª Maria Lucia da Silva Sodré

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB (Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Eliene Gomes dos Anjos

Universidade federal do Recôncavo da Bahia



Prof.º Dr.º Jair Wyzkowski

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB

1- INTRODUÇÃO

O conceito de associativismo de acordo com Fagotti (2017) contempla várias modalidades de organizações coletiva, podendo destacar, o sindicalismo, o cooperativismo, as instituições não governamentais, as associações, entre outros. Almeida (2014) destaca que as organizações associativas tem como uma das características a gestão democrática dos seus recursos e do desenvolvimento das atividades, onde as decisões são tomadas de forma igualitária pelos seus sócios, o processo associativo é pautado pela a autogestão. Estas organizações são contruídas a partir de interesses em comuns, referenciados pelo princípio de que a união de todos cooperam para um melhor resultado socioeconômico.

Souza (2016) afirma que os agricultores familiares, que estão organizados em associações, vinculadas à comercialização ou serviços, têm possibilidades de um melhor desenvolvimento, organização e escoamento da produção, fazendo com que estes agricultores produzam não apenas para o consumo, mas que possam se organizarem para buscar novas oportunidades de mercados. Toniasso et al. (2007) também reiteram destacando que tem-se observado o aumento da procura pela produção de alimentos da agricultura familiar, e, ressaltam ainda que os agricultores que se organizam em associações e ou cooperativas contribuem para a geração de renda e trabalho, e proporciona uma vida digna para os próprios agricultores e sua família, assim como garantem o acesso aos produtos com qualidade à mesa dos consumidores.

O problema de pesquisa que se apresentou nesse cenário foi: será que a experiência do associativismo trouxe impactos positivos para a agricultura familiar do Jacarezinho, em Cabaceiras do Paraguaçu-BA?

A razão de pesquisar o tema e, especificamente, a associação do Povoado do Jacarezinho se justifica por entender a importância do associativismo para agricultura familiar no sentido de contribuir para o desenvolvimento local, através da organização social, da comercialização dos seus produtos, da geração de renda e do bem-estar para o povoado.

Por outro lado, a motivação para desenvolver este trabalho, se deu por acreditar da necessidade de uma análise sobre a importância da associação para o Povoado, assim como, sua contribuição para o meio em que está inserida, especialmente no município de Cabaceiras do Paraguaçu, onde a maioria da população (73,2%) é da zona rural, muitas das quais vivem da agricultura familiar. Outra motivação foi pelo fato ser filha de agricultores familiares e do

ponto de vista profissional, a outra motivação foi estabelecida a partir das relações através do ensino no curso de Gestão de Cooperativas e da participação em Projetos como o Mais Gestão que teve como enfoque principal qualificar estudantes do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, com o propósito de serem multiplicadores na formação de jovens pertencentes à agricultura familiar, e, assim, contribuir para a fixação desse público no campo e também foram desenvolvidas atividades administrativas nos ambientes internos e externos nos empreendimentos da agricultura familiar, especificamente na Associação Comunitária dos povoados da Tapera e Corta Jaca, localizada na Fazenda Tapera, zona rural da cidade de Cruz das Almas-BA.

Essa experiência possibilitou colocar a teoria vista em sala de aula com a experiência prática na atividade de estágio, este foi um período de troca de experiências e de muito aprendizado, portanto, foi um instrumento importante a nível de conhecimento enquanto futura Gestora de Cooperativas, para compreender a realidade dos empreendimentos da agricultura familiar, a partir da associação, e poder contribuir, para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos agricultores a ela vinculados e do fortalecimento da organização.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a experiência e os impactos que o associativismo trouxe para a Associação do Povoado de Jacarezinho, localizado em Cabaceiras do Paraguaçu-BA. Especificamente, buscou: identificar as conquistas alcançadas e os desafios enfrentados nas atividades da Agricultura Familiar frente ao apoio da Associação; conhecer a forma de gestão do empreendimento da Agricultura Familiar (Associação); investigar as formas de organizar as atividades produtivas e de comercialização realizada pelos associados; levantar dados sobre assessoria e a parceria para o empreendimento da Agricultura familiar e analisar os gargalos existentes no processo associativo.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de campo com 15 agricultores familiares que estão vinculados à Associação de agricultores e produtores do Povoado do Jacarezinho e com o presidente da associação, via roteiro de entrevista semiestruturada, além de conversas informais com Secretaria de Agricultura e meio Ambiente do município. O método utilizado foi através de estudo de caso, que segundo Yin (2001) é uma forma escolhida para examinar acontecimentos contemporâneos, que não podem ser manipulados, e que, sobretudo permite o estudo detalhado do objeto de estudo. No estudo de caso pode ser utilizadas técnicas como pesquisas históricas, a observação direta e a aplicação de entrevistas.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas com os associados do empreendimento (Associação) para conhecer a história da criação da associação, os gargalos e as potencialidades da associação. Foi feita também entrevistas informais com representantes da Secretaria de Agricultura Municipal, para compreender quais as ações e parcerias que a secretaria desenvolve para o crescimento do povoado e os projetos já realizados e a identificação dos potenciais na associação.

Além da pesquisa de campo, para coleta dos dados primários, foi realizada ainda uma pesquisa com dados secundários via pesquisa documental, através de consultas das Atas, do Estatuto, das fichas de inscrições dos sócios e pesquisa da DAP física e DAP jurídica para conhecer o empreendimento e seus sócios. Foram incluídas também pesquisas bibliográficas para fundamentar o trabalho.

Cabe destacar que a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu está localizada no Território Recôncavo da Bahia, de acordo com o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE- possui uma população de 17.327 habitantes, a população urbana representa 26,8% um total de 4.644 habitantes e a população rural 12.683 habitantes e portanto a população do campo representa 73,2% do total. O município ocupa uma área de extensão territorial de 226,00 km², segundo dados do IBGE (2010).

Assim, de acordo com dados do censo agropecuário de 2006 do IBGE, no município as lavouras permanentes são de banana e laranja. As lavouras temporárias são feijão, feijão fradinho, milho e como pecuária tem asininos, galináceos, ovos, bovinos, caprinos, equinos, muares, outra aves, ovinos e suínos. De acordo com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município existem o cultivo de mandioca, limão, fumo, hortaliças como (cebolinha, coentro, alface e couve), aipim, abobora, batata-doce e entre outros. Vale salientar que, grande parte desses produtos são para o consumo.

2- Agricultura familiar e políticas públicas

A agricultura familiar, de acordo com Neves (2012), pode ser conceituada como um modelo de organização da produção onde prevalece à interação entre a gestão, o trabalho e, onde o agricultor familiar é o responsável por gerenciar todo o processo produtivo. Assim, as atividades da agricultura familiar são realizadas, em sua maioria, pelas pessoas da própria família, pautadas em experiências e conhecimentos que são passadas entre gerações. No contexto da agricultura familiar, a lavoura é cultivada em suas próprias terras, retirado o sustento da família e a venda de sua produção, que tem como consequência melhorias das

condições de vida dos agricultores e contribuição para o crescimento do local onde vivem com seus familiares.

Por outro lado, vale destacar que no cenário da agricultura familiar a forma como se percebe enquanto pessoa e as suas relações sociais internas e externas, dizem muito a respeito à configuração do agricultor familiar. Nesse sentido, Ploeg (2014, p 9) afirma que:

O estabelecimento familiar não é só uma empresa econômica centrada principal ou unicamente na produção da renda, mas sim um lugar onde as conexões com o entorno e a cultura são importantes. A família agricultora é parte de uma comunidade rural mais ampla e, às vezes, integra redes de relacionamento que se estendem para cidades.

É importante destacar ainda que no contexto da agricultura familiar existem dificuldades em geração de renda e emprego, sobretudo para os jovens, assim, os jovens que vivem no campo, em sua maioria, optam por sair do lugar de origem e vão morar em outras cidades ou em outros estados, em busca de melhores condições de vida, gerando o êxodo rural, portanto, o esvaziamento do campo e por consequência a possibilidade de não sucessão da agricultura familiar.

Falar em agricultura familiar é também falar da importância dos movimentos sociais enquanto agente de organização social, e, de ações, sobretudo, das políticas públicas específica para o desenvolvimento desta categoria social tão importante no país, porém, muitas vezes esquecida. Assim, muitas vezes para que possam ter acesso aos projetos e programas que venham beneficiar os agricultores um agente externo se faz necessário, para viabilizar o acesso às políticas públicas.

Dentre uma das políticas públicas específica para a agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que institucionalizou a categoria social de agricultor familiar e foi ponto inicial para que os agricultores familiares passassem a acessar outras políticas públicas, e teve grande importância (tanto em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados), e, historicamente, tem contado com um montante crescente de recursos disponibilizados, atingindo, no Plano de Garantia Safra da Agricultura Familiar (GRISA; SCHENEIDER, 2015).

Conforme Schneider e Aquino (2015) foi com a Constituição de 1988 e ao afastamento do presidente Collor que se criou em 1996 o PRONAF, essa nova política pública representou o principal instrumento utilizado para um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil, tendo como missão combater as desigualdades das políticas estatais e incentivar a mudança na agricultura do país. A partir do PRONAF, os agricultores passaram a ter uma

nova oportunidade para conseguir financiamento para investir em suas lavouras e na mudança de vida. Para os autores o PRONAF é um instrumento governamental capaz de aumentar as possibilidades de investimento dos agricultores familiares para realizar seus projetos produtivos, gerar renda e melhorar as condições de vida no campo.

Para adesão ao PRONAF é necessário estar com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que representa o reconhecimento da identidade do agricultor familiar e que o possibilita ter acesso a esse programa e a outros programas. O processo para a emissão da DAP, segundo Navarro (2015), é simples, o agricultor deve ir até um órgão emissor autorizado, que pode ser um local de Assistência Técnica e Extensão Rural, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros. No entanto, vale ressaltar que, em 2017 surgiu um decreto de nº 9.064, de 31 de maio, do Art. 6º a partir do qual se instaurou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF em substituição a DAP para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à Unidade Familiar de Produção Agrária- UFPA e aos empreendimentos familiares rurais.

Sousa (2015) ressalta que os programas governamentais voltados para a agricultura familiar e para a promoção e desenvolvimento local são importantes ações de políticas públicas. Além do PRONAF, outras políticas públicas também são importantes para os agricultores como os mercados institucionais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estes exemplos de políticas públicas são destinados para agricultura familiar que possibilitam o desenvolvimento do setor rural como um todo.

Não obstante, outras ferramentas também são de extrema importância para a promoção da agricultura familiar e por consequência o local em que está inserido, além das ações do estado via políticas públicas, destaca-se a organização social interna do grupo como um fator que tem feito muita diferença no meio rural através da participação em associações no campo, pela ação coletiva, como o associativismo.

3- Associativismo e desenvolvimento: importância a partir das dinâmicas internas

De acordo com Leonello (2010), o associativismo se caracteriza pela solidariedade e precisão de se reunirem e formarem associação, onde haja convivência e troca de experiências procurando construir uma relação de acordo com a realidade, em busca de uma sociedade mais digna e que busque fortalecer as identidades.

Segundo Oliveira e Santos (2012), no ano de 1980, o associativismo se destaca devido a participação em programas governamentais. Em 1985 criou-se o projeto de programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, esse movimento fez com que ocorresse um número maior de associações no campo sobre tudo no Nordeste. Esse período foi uma maneira que o Estado encontrou para evitar conflitos, aumentou o números de associações, o Estado fazia mais investimentos para diminuir a formação de movimentos organizados no espaço agrário.

Fagotti (2017) destaca que:

São diversos as interpretações sobre os motivos que desencadearam a multiplicação de associações de produtos rurais múltiplos processos organizativos. De mais a mais em linhas gerais as Associações surgem como meio de facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instancias governamentais.

O associativismo no contexto da agricultura familiar constitui um importante instrumento para os associados, pois, se destaca pela necessidade das pessoas com os mesmo interesses e que se reunirem em busca de unirem forças para conseguir melhorias no meio em que vivem.

Luchann (2014, p.165) destaca que:

[...] O associativismo é um elemento importante na medida em que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo – ou sistêmico – requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social. Assim em Associações, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal. [...].

De acordo com as palavras da autora acima, o associativismo deixa de ser configurado em um plano pessoal e se torna um plano coletivo sendo essencial para o desenvolvimento, dessa forma, as pessoas envolvidas nesse processo, desenvolvem percepções para uma vida em conjunto, no contexto social em que vivem.

É importante colocar que o associativismo se organiza além do contexto social, mas também pela busca de opções necessária de viabilização das atividades produtivas e econômicas, dessa forma, criando possibilidades para um caminho para participar do mercado em melhores condições de concorrência (BRASIL, 2016), elementos fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar.

Entende-se, portanto que o associativismo rural é de grande importância para os agricultores, pois quando os agricultores estão unidos em associações, têm mais ânimo,

motivações para buscar solucionar os problemas existentes na agricultura familiar. Segundo Balem (2016), os agricultores que estão organizados em Associações, têm mais força de reivindicar melhorias e buscar apoio do poder público municipal, e os outros órgãos responsáveis.

Para que obtenha uma melhor participação e conhecimento sobre o associativismo é importante conhecer os seus princípios, como destaca Cardoso; Carneiro e Rodrigues (2014), os quais são fundamentais para criação e manutenção das associações, dentre os quais, destacam-se o princípio da adesão voluntária e livre; o princípio da gestão democrática pelos sócios; o princípio da participação econômica dos sócios onde os mesmos contribuem de forma justa e controlam de acordo com a democracia as suas associações; o princípio da autonomia e independência; o princípio da educação, formação e informação devem proporcionar educação e formação aos sócios, que venha contribuir para o seu desenvolvimento e crescimento; o princípio da interação, ou seja, fortalecer o movimento associativo trabalhando juntos; o princípio do interesse pela comunidade no sentido de trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus membros.

Luchann (2014) define que as associações são constituídas através de recursos que são importantes para a construção e relações de solidariedade, confiança e reciprocidade, sendo que estimulem a responsabilidades com os assuntos públicos que geram impacto no funcionamento das associações e sua democracia.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Associação não terá capital social, mas patrimônio social. Assim, caso a Associação deixe de existir, seus participantes não terão direito ao patrimônio constituído pela associação, todos os bens restantes serão, obrigatoriamente, transferidos para doação, ou para outra instituição com a mesma finalidade e que esteja em pleno funcionamento de suas atividades (BRASIL, 2009). Nesse cenário destaca-se que:

O patrimônio social da associação será constituído por doações das instituições governamentais e não governamentais, por suas disponibilidades financeiras líquidas, pelos bens móveis e imóveis, pelas contribuições dos produtores associados e as demais pessoas físicas e jurídicas preocupadas com a produção, ampliação da renda, melhoria da vida familiar e o êxodo rural (Brasil 2009, p.28).

As associações rurais em sua maioria são formadas por grupos de vizinhos que pelo conhecimento, se agrupa para discutir problemas comuns e buscarem soluções em conjunto,

onde terão maiores chances de sucesso. Podendo ser definida como uma sociedade formal, criada com objetivo de agregar ações dos agricultores e de seus familiares em benefício da melhoria de vida e do processo produtivo das atividades desenvolvidas e da própria comunidade que a pertence (BRASIL, 2008).

Desse modo, cabe ressaltar que:

A Associação será criada por um grupo de associados, denominado fundadores, formado por pessoas físicas, em geral micros e pequenos produtores rurais, conjugando o ideal comum de adquirirem e/ou produzirem, em conjunto ou separadamente, alguns produtos que serão destinados ao consumo próprio, ou vendidos a terceiros pela Associação (BRASIL, 2009, p.11).

A lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015 altera a lei 13.019 de 2014 que estabelece regime jurídico para as parcerias voluntárias de recursos públicos financeiros entre a administração pública e as organizações de sociedade civil. No artigo 33 da Lei 13.204 de dezembro de 2015 destaca que para obter essas alterações, as organizações da sociedade civil deverão regidas por norma de organização interna :

. III - em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; IV - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; V - possuir: a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.(BRASIL, 2015 p.7-8)

De acordo Leonello (2010), o fenômeno da ação coletiva por meio de associações civis pode ser interpretado a partir de diversas teorias, mas, o é que importante destacar é a ideia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, verdadeiros donos de seus destinos. Assim a participação em associações e organizações civis, como o associativismo, tem como objetivo gerar solidariedade social, diminuir os custos políticos e econômicos da vida na sociedade. Nesse sentido Almeida (2014, p. 7) destaca, como já observado, que:

As associações têm a finalidade de representar e defender os interesses dos associados e estimular sua melhoria técnica, profissional, econômica e social. São sociedades civis sem fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam coletivamente de forma democrática e em defesa de seus interesses.

No processo associativo, especificamente em uma associação existem vários gargalos entre eles se destacam os problemas relacionados à gestão do empreendimento, à falta de confiança dos associados para com a diretoria, e em muitos casos, com a pessoa do

presidente, embora seja eleito pelos membros da associação, à falta de sucessão de outra equipe de coordenação que queria assumir o empreendimento, ocorrendo que uma equipe de coordenação assuma a direção por vários anos consecutivos, caso comum em alguns locais, além da falta de participação efetiva dos associados nas reuniões e nos espaços que se referem à associação, dentre outros problemas.

4- Gestão da Associação e seu papel para o desenvolvimento

Nepomuceno et al (2015) afirmam que o significado da autogestão, não está ligado a um tipo perfeito de organização de trabalho a ser seguido, mas com experiência por um modelo de produção que se diferencia do sistema capitalista. Desse modo Nepomuceno et al (2015, p.38) ressaltam que:

[...]a autogestão como processos que podem estar presentes em diferentes medidas nas diversas organizações produtivas inseridas nas lutas dos trabalhadores por um trabalho menos alienante, onde se observam práticas de gestão coletiva e democrática, compartilhamento de informação e de poder de decisão, medidas para reunificação entre planejamento e, execução, a autogestão está presente.

Os autores destacam que nos diferentes tipos de organizações produtivas em que a administração empreendimento é gerida pela autogestão as suas práticas são feitas através do coletivo de forma democrática nas execuções da tarefas.

Nesse sentido, Dornelles e Dellagnelo (2003) destacam que a autogestão se diferencia da heterogestão, pois esta visa à economia atrelada ao lucro, relacionada à exploração e à dominação dos seus membros. Já a autogestão, como observada, almeja ser organização social que não aliena, e nem se submete, ela apoia o princípio da igualdade de todos os membros, e se sustenta na liberdade. Almeida (2014) destaca que a organização associativa se diferencia pela gestão democrática dos recursos e das atividades, onde cada associado tem poder de igualdade na tomada de decisão. Tendo em sua constituição interesses comuns entre os sócios e na conclusão de que unidos podem obter melhores resultados econômicos, e o poder de decisão do plano individual para o coletivo.

O processo de gestão das Associações vem se deparando com várias dificuldades para gerir seus negócios entre eles se destacam a falta de assistência técnica, falta de organização dos associados ou a fragilidade neste processo, estes problemas tem consequência direta na comercialização dos produtos, na logística dos produtos e na utilização do marketing dos produtos do empreendimento.

O marketing, por exemplo, de acordo com Barcellos e Schelele (2012), não se preocupa apenas em fazer propaganda, mas também se preocupa com o desenvolvimento em que busca realizar negócios pela satisfação por meio das necessidades, a propaganda tem resultados quando é planejada e utilizada. Sendo que o marketing é de grande importância para uma organização, pois é através dele que são divulgados os produtos existentes na organização, os preços, o local, e é uma forma também de verificar a necessidade das pessoas em consumir determinado produto.

Nesse sentido, Barcellos e Schelele (2012, p.70) afirmam que:

A propaganda, como o próprio nome nos permite deduzir, 'propaga', divulgando de forma planejada os dados, fatos, informações e todo e qualquer outro elemento favorável de estímulo ao consumo e de influência à decisão de compra do alvo, do consumidor em potencial que se pretende atingir.

A associação em sua maioria tem dificuldade em fazer um estudo de viabilidade econômica-EVE ou em fazer um planejamento para verificar os gastos com os insumos tanto na lavoura como, para a quantidade de insumos utilizados para fabricação do produto final e por quanto irá vender os produtos, para que evitem prejuízos e reduzam os problemas. Nesses aspectos estão incluindo a logística que na verdade, começa desde compra do insumo até o produto final incluindo sua embalagem para a venda.

Nesse contexto, Ploeg (2014) destaca que na agricultura familiar existem as ameaças externas que são aquelas relacionadas à compra de insumos, vendas dos produtos, a variação dos preços, dificuldade de acesso às políticas públicas, entre outros, somada às ameaças internas, que dizem respeito, sobretudo, à forma de gestão muitas vezes, ineficiente, do empreendimento agrícola e que tem implicações diretas para o bom funcionamento das organizações sociais e para o fortalecimento da agricultura familiar.

No ambiente da agricultura familiar os costumes e as crenças são passados de pais para filhos, é importante para a valorização dos agricultores e para sua história, fazendo com que tenham sucessor nas atividades agrícolas. Nesse sentido Ploeg (2014, p.10) destaca que:

O estabelecimento da agricultura familiar trás orgulho para os agricultores, pois é no meio rural juntamente com a família que é construída as histórias e experiências de vida e os ensinamentos agrícolas, que são passadas de geração a geração. [...] as famílias agricultoras contribuem para fortalecer a economia local, pois é na comunidade onde compram, gastam e participam de outras atividades.

Os agricultores familiares por sua vez, estão desenvolvendo outro tipo de atividades no meio rural somadas às atividades na agricultura, muitos desenvolvem outro tipo de serviço que venha ajudar a renda familiar, e portanto, que tragam condições de manterem-se no

campo. Conforme Schneider (2003) os agricultores estão desenvolvendo várias atividades, modificando a estrutura das unidades familiares, pois parte dos membros da família passam a se dedicar também as atividades não agrícolas que podem ser praticadas dentro ou fora do ambiente rural, e, essa nova forma de organização familiar se denomina de pluriatividade, que passam a praticar várias atividades produtivas e econômicas que incluem atividades agrícolas e não agrícolas, ao mesmo tempo.

Ao conjunto dessas atividades denomina-se pluriatividade. De acordo Schneider (2003, p.104) a:

[...] pluriatividade se refere sobre tudo a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar) e acesso a um maior nível de renda.

No entanto, o autor ressalta que a pluriatividade é um conjunto de diferentes ações que ocorrem variações para os agricultores, como suas histórias e com os membros familiares e procuram outras atividades não seja a agricultura para complementar sua renda.

5. A Experiência e os Impactos do Associativismo para o Povoado

5.1 Caracterização do Município de Cabaceiras do Paraguaçu

Cabaceiras do Paraguaçu e Geolândia (ex-Santo Antônio do Jordão), eram distrito da cidade de Muritiba que foram desmembrados por força da Lei Estadual que criava o Município. Com o passar dos anos, a feira de Cabaceiras foi atraindo compradores de outras regiões, fato que contribuiu para o crescimento do povoado passando à condição de distrito em 1953, pela Lei Municipal nº 628, sancionada pelo Município de Muritiba ao qual pertencia. A luta pela autonomia política de Cabaceiras do Paraguaçu durou aproximadamente 36 anos, quando em 13 de junho de 1989 se torna município. Através da Lei Estadual nº 5010 eleva-se à categoria de município (IBGE 2017).

Cabe destacar que, a história do Município está inserida na história do poeta Castro Alves e de sua família. Por volta de 1840, avô de Castro Alves, (Tenente Coronel José Antônio da Silva) mandou construir uma fazenda na Freguesia de Muritiba, denominada Fazenda Cabaceiras. Em 1843, veio morar na fazenda o casal Dr. Antônio José Alves, doutor em medicina, e D. Clélia Brasília da Silva Castro, dona de casa. Em 1847 neste local, nasceu Antônio Frederico de Castro Alves, o Cecéu, com apelido de Céceu era o segundo dos seis irmãos.(IBGE 2017)

Sendo que essa fazenda hoje é chamada de Parque histórico Castro Alves, onde têm os utensílios e objetos de uso pessoal que foi usado pela família de Castro Aves, e tem as obras do autor, desenvolvem oficinas de teatro para adolescentes e jovens do município, sarau com os artistas do local e hoje é um dos pontos turísticos da cidade.

A cidade de Cabaceiras do Paraguaçu está localizada no Recôncavo da Bahia fica 157 km de Salvador, possui o Produto Interno Bruto - PIB Per Capta de 6.284,46 R\$ e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 0.581 e possui 76.66 de densidade demográfica, extensão territorial 226,0 km² (IBGE, 2010; 2015). De acordo com censo demografico de 2010 a população rural do município é 12.683 habitantes, portanto a população do campo representa 73,2% da população total.

A população do povoado de Jacarezinho é composta de aproximadamente 300 famílias, equivalente 1.200 a 1.500 pessoas, informação dada pelo atual presidente que também ocupa um cargo na secretaria de agricultura e meio ambiente do município.

Os resultados de campo apontaram que os principais produtos do município são: feijão, milho, laranja, limão, mandioca e fumo. No município existem também 41 associações de agricultores familiares, mas, no entanto, apenas 10 associações se encontram ativas. Esta informação foi repassada pelo atual presidente que também é funcionário na secretaria de agricultura e meio ambiente do município.

Através da pesquisa de campo realizada sobre o associativismo mostrou que os agricultores do povoado do Jacarezinho que fazem parte da associação, conseguiram trazer melhorias e crescimento para o local, porém não é fácil a efetiva participação em associações, as pessoas têm dificuldades em viver em grupos, por outro lado, destacou-se que têm associações que não conseguem trabalhar em grupo, e sempre são as mesmas pessoas que assumem a direção, a mesma diretoria. Em outros casos, o presidente se diz dono da associação e assim por diante.

5.2. Caracterizações e história da Associação

O trabalho de campo apontou que a ideia de criar a Associação surgiu para organizar os produtores de mandioca e fumo com o objetivo de encontrar compradores para os produtos. Os agricultores começaram a se organizar no ano de 1993, mas, a associação só foi fundada em 05 de maio de 1995. Nesse período, tinha 50 associados, (mas a eleição da nova diretoria foi formada no ano de 1996 de acordo com a Ata) assim, no ano de 2002 esses número dobrou para 100 associados. Atualmente a associação localizada no povoado do

Jacarezinho (Fig 1.) possui 52 sócios, os dados de campo registraram que todos os sócios possuem DAP física.

Figura1- Mapa da localidade do Jacarezinho



Fonte: Posto de saúde do povoado de Jacarezinho, 2018.

Em relação ao aspecto produtivo, os depoimentos ressaltaram que o empreendimento já contribuiu duas vezes com distribuição de sementes e adubos para a plantação. No entanto, cada agricultor, no geral, cultiva suas lavouras em sua propriedade com sua família, e, na comercialização dos produtos a venda é feita de forma individual. Uma realidade presente em associações, de modo geral, no entanto, cabe destacar que, o trabalho desenvolvido em conjunto tem maiores condições de viabilidade, poder de negociação e de compra de insumos de forma diferenciada, então todo processo produtivo e de mercado. Os principais canais de comercialização apontados em campo são os mercados locais e a venda para os atravessadores.

Não obstante, nos anos de 2013 e 2014 o grupo comercializaram para o PNAE os seguintes produtos: beiju, farinha de mandioca, ovos de galinha caipira e laranja, essa

comercialização foi feita de maneira coletiva através da Associação. De acordo com o presidente da Associação o valor do contrato do PNAE na época foi de R\$ 27.000,00 porém a venda dos produtos ficou em torno de R\$ 19.000,00, sendo que, a viabilização para comercialização para o PNAE foi através da ASCOOB de Valente-BA, foi ela que fez toda movimentação. Daí a importância dos mediadores externos.

O presidente da associação ressaltou ainda que:

Fizemos a inscrição do PAA em 2017, estamos aguardando o resultado. Iriamos tentar pela Companhia Nacional de Abastecimento -CONAB, mas não obteve resposta, foi suspenso o projeto; Tentativa (ASCOOB Associação), aguardando o resultado da solicitação. Atualmente não está desenvolvendo nenhuma atividade, pois a Associação está passando por um processo de reativação das atividades no povoado. (presidente da Associação).

Atualmente, os associados estão se reunindo no posto de saúde, (Fig. 2) com data definida para o dia 15 de cada mês, às 15 horas. A informação de campo apontou que os assuntos discutidos nas reuniões são sobre a mensalidade, acontecimentos do povoado, os problemas enfrentados, e o que ocorrer.

Figura 2- Posto de Saúde



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Em relação à participação, ficou evidenciado que a maioria dos associados participam das reuniões, mas, no entanto, a maior parte deles, apenas participam como ouvinte, apenas uma minoria participa efetivamente das discussões. Em relação à mensalidade, a participação dos sócios é significativa, a maioria paga todo mês, o mês que não pode contribuir, no mês seguinte é feito o repasse.

Quando questionados em campo se a associação trouxe alguma conquista para os seus sócios e para o povoado, as respostas apontaram para o programa Faz Cidadão. Em sua fala o presidente ressaltou que:

O projeto Faz Cidadão foi implantado no ano 2002, que foi feito um projeto pelos bairros da cidade, sendo que foi incluso ao Povoado do Jacarezinho esse projeto teve duração de 2 anos, esse projeto foi implantado pelo governo do estado, foi feita inscrição pelo site, através desse projeto conseguimos o posto de saúde, a casa farinha está pronta e a fecularia falta concluir, estar faltando 2 tanques e um rede de elétrica de 220 volts. (presidente da associação).

Através desse projeto Faz cidadão destacam a casa de farinha e a fecularia de acordo com (Fig 3).

Figura 3- Casa de farinha da Associação e a fecularia



Fonte : pesquisa de campo, 2018

Outros benefícios via associação foram uma Ponte (passagem molhada) construída para travessia de pedestres e transportes pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional- CAR; (Fig 5). Além de 5.100 sacos de adubos para agricultura para o povoado pelo Programa Produzir, foram beneficiados para os associados e moradores do povoado.

Figura 4- Ponte construída para travessia de pedestres e transportes.



Fonte: pesquisa de campo, 2018

Conseguir um trator com garagem através da CAR (o associado paga uma taxa menor para ter acesso ao serviço). (Fig 5).

Figura 5- Garagem com trator



Fonte: pesquisa de campo, 2018

Além de Cursos para os agricultores (através da Associação), dentre eles, cursos de elaboração de projeto, Economia Solidária, curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, curso para a fabricação de biscoitos, de licor, de bolos e cursos de produtos da mandioca, além destes, destacaram-se os cursos de pintura barroca, feita em

garrafas para ornamentação, curso de enxerto com clonagem de laranja, limão, jiló, manga e etc., estes realizados através da Embrapa e uma cadeira odontológica pela Votorantim.

O presidente em sua fala argumentou como foi o procedimento para conseguir cadeira odontológica:

Fomos para a câmara de vereadores, mas na época a prefeitura não tinha recurso e precisávamos de uma cadeira odontológica para colocar no posto de saúde, fizemos um projeto e enviamos para Votorantim, a Votorantim aprovou o projeto e foi liberado e o recurso veio direto para a compra da cadeira. (presidente da associação).

Quando questionado a respeito dos benefícios, o Presidente da Associação ressaltou que:

Temos uma fecularia que está em processo de instalação, conseguimos pelo Programa Faz cidadão, para o funcionamento da fecularia ainda está faltando 2 tanques, instalação das máquinas e falta a outra parte do recurso para terminar a fecularia.

Em relação aos problemas enfrentados, de acordo com as palavras do presidente da associação um dos principais foram:

Foi a falta de orientação para os presidentes que passaram pela Associação, um determinado presidente, perdeu a eleição e não aceitava ter perdido, devido a isso, acarretou em uma multa, essa multa foi para o CADIN (Cadastro Informativo de créditos não Quitados do setor Público Federal) a associação teve que pagar a multa. No Conselho Fiscal há uma troca na eleição, a chapa que perde faz parte do Conselho Fiscal, porém ocorre resistência por parte dos associados em aceitar o cargo, a associação adotou essa regra. (presidente da Associação).

Uma informação importante, refere-se ao fato que a associação possui parceria com: a Comissão Ecumênica dos Direitos da terra (CEDITER) que ofereceu orientação e relação à documentação, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que possibilitou a participação dos associados em cursos sobre a plantação de Mandioca, produção de beiju e enxerto de plantas, o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Municipal, da Associação de Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB) realizou trabalho com assistência técnica e análise do solos, além de possui assessoria do Centro de Economia Solidaria (CESOL) este especificamente trouxe cursos de pintura, artesanato, manicure e entre outros. Estas parcerias, têm um reflexo positivo para os associados e para o Povoado.

Cabe destacar que, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município tem contribuído na disponibilização de transporte para a participação nos cursos, além disso, como

na Associação não tem computador e nem internet, algumas atividades são feitas na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Em relação à infraestrutura, foi possível perceber a atuação da prefeitura em benefício da associação. O presidente em fala ressalta que:

A associação fez uma doação de terreno para a prefeitura para a construção de uma escola e o restante desse terreno está à disposição para qualquer obra que a prefeitura queria realizar no povoado. Ao lado do posto de saúde tem a casa de farinha, a feclaria, a escola e a nova sede da Associação que estão em construção. (Presidente da associação).

A pesquisa feita em campo apresentou que a associação possui um terreno onde foi construído o posto de saúde, a casa de farinha a feclaria, nesse mesmo terreno estão onstruída a nova sede da associação que está sendo construída (Fig 6).

Figura 6- Construção da nova sede da associação



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

De acordo com a pesquisa de campo esse terreno foi comprado com recursos da associação onde parte do terreno foi doado para prefeitura municipal, no qual está a disposição dela para contruir obras no povoado, tendo como destaque a uma escola de está sendo contruída (Fig 8).

Figura 8- A escola em construção no Povoado

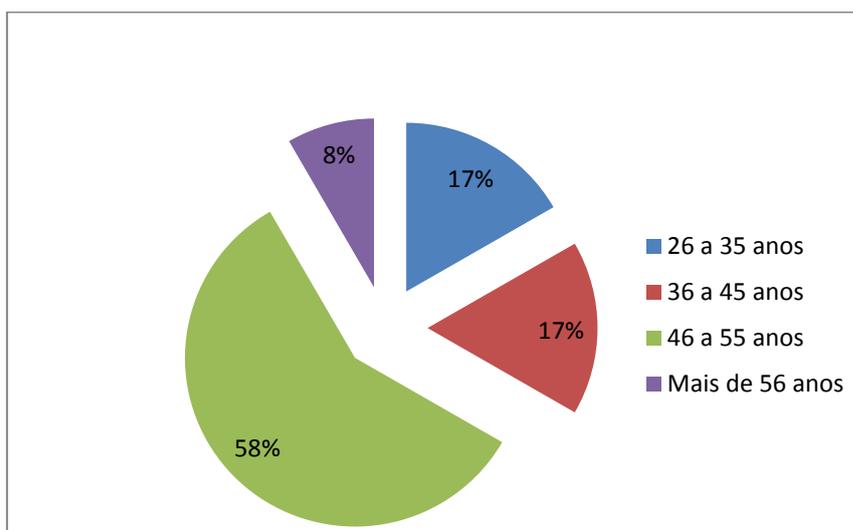


Fonte: pesquisa de campo, 2018

3- Caracterizações dos entrevistados

As entrevistas foram realizadas com 15 associados da Associação de produtores e agricultores do povoado do jacarezinho. Sendo que do total entrevistado 67% são mulheres e 33% são homens. Conforme o gráfico 1 abaixo a faixa etária verificou que: de 26 a 35 anos foram 17% de 36 a 45 representou 17% da amostra, 46 a 55anos 58% e, mas de 56 anos de 8%.

Gráfico 1- Faixa etária dos entrevistados

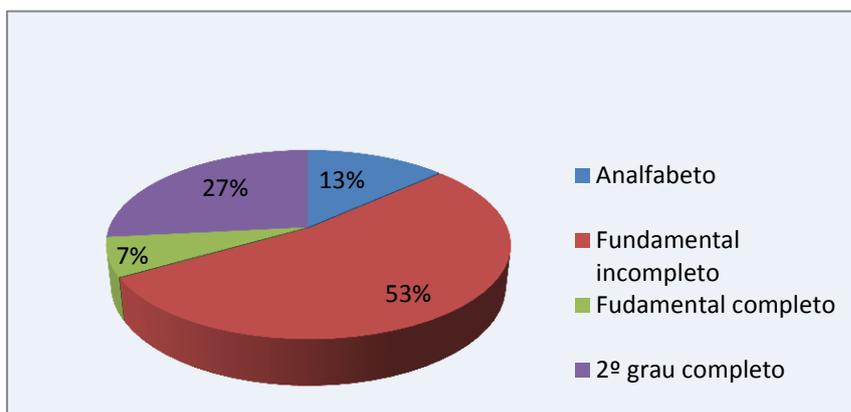


Fonte: pesquisa de campo, 2018

Analisando o grau de escolaridade, de acordo com gráfico 2, constatou-se que, 13% são analfabetos, 53% têm ensino fundamental incompleto, 7% possui ensino fundamental

completo e 27% têm o 2º grau completo. O gráfico mostra que a maioria possui ensino fundamental incompleto, resultando em algumas dificuldades que os entrevistados têm como, por exemplo, em calcular por quanto deve ser a venda seus produtos e a minoria tem o 2º grau completo.

Gráfico 2- Escolaridade dos entrevistados



Fonte : Pesquisa de campo, 2018

De acordo com a pesquisa de campo ficou evidenciado que 53% dos entrevistados têm a agricultura como sua principal fonte de renda, por outro lado, 47% dos entrevistando informaram que não tem a agricultura como principal fonte de renda, nesses casos, a principal fonte renda apontada pelos entrevistados foram aposentadoria, pensão, auxílio doença e atividades de diarista (diárias de faxina), somada às atividades pluriativas.

Outros ainda trabalham comercializando alimentos como a venda de acarajé, o entrevistado relatou que: “vendo acarajé apenas aos domingos quando a venda é boa faço 75,00 reais a cada domingo sendo que no mês consegui 300,00 reais” outros ainda são ajudante de pedreiro (ganha em média 600,00, quando encontra serviço) e caseiro (ganha R\$900,00 reais) Ou seja, algumas destas rendas, representa uma fonte de renda não agrícola, grafico 4. Essas atividades não agrícolas que os entrevistados desenvolvem para o complemento da renda são denominados de pluriatividade. De acordo Schenider 2003, os agricultores estão desenvolvendo mais atividades não agrícolas para complementação da sua renda.

De acordo com a pesquisa campo alguns dos entrevistados não souberam falar qual era a sua renda pois segundo eles no ano de 2018 ocorreu uma diminuição na produção e muitos dos agricultores não venderam seus produtos.

Em sua fala o entrevistado diz que: “Minha filha no ano passado, vender 20 arobas de fumo, recebo o bolsa família e esse ano não vender o fumo ainda mas não dá nem a metade do ano passado, o feijão também só vai dar 25 quilos, esse ano da difícil a situação aqui”(entrevistado 1).

Outra entrevistada relatou que: “No ano passado tive um prejuízo danado fiz R\$ 1.000,00 reais de fumo, tava devendo R\$600,00 reais ao armazém fiquei só com R\$ 400,00 reais o feijão e o milho fica para o consumo da família é muito difícil falar a renda, tenho o bolsa família que me ajuda, porque roça as vezes da boa, as vezes da ruim”(entrevistado 2).

De acordo com o campo, foi identificado diversos produtos, sendo que a lavoura mais cultivada pelos entrevistados é milho, feijão, mandioca e fumo (Tabela 1), e quanto ao destino da produção, 7 dos entrevistados declararam que vendem para o consumidor final, no caso do fumo o (armazém) ERMO tabacaria e ao Intituto DAIMA fumageira,(situada na cidade de Cruz das Almas) e 4 dos entrevistados a venda é feita para os atravessadores e 13 também dos entrevistados pratica o autoconsumo, e vale destacar que, a comercialização está sendo feita de forma individual.

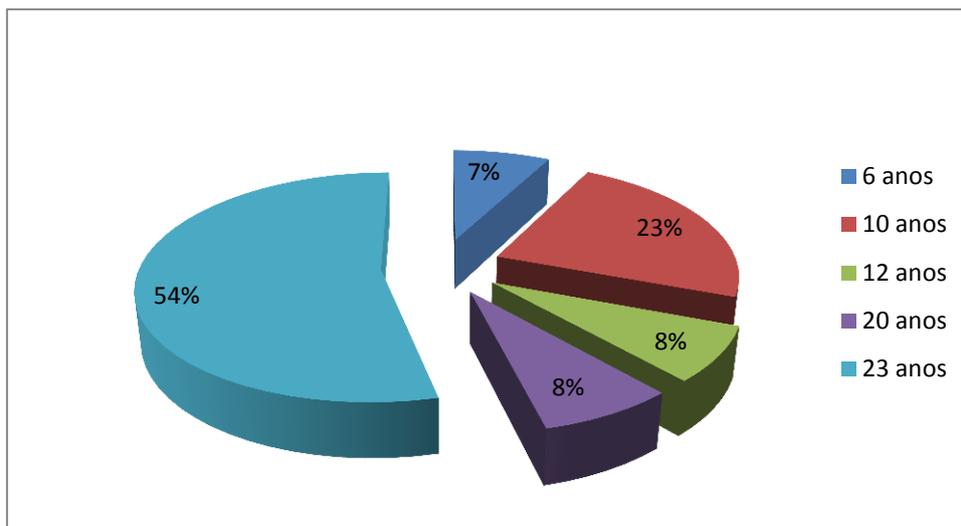
Tabela 1- Informações sobre os principais produtos.

Principais produtos	
Produtos	Números de associados
Feijão	13
Fumo	7
Mandioca	9
Milho	12

Fonte: pesquisa de campo, 2018

Quanto a participação na associação (Gráfico 5), dentre os entrevistados, 54% participam da associação desde de sua fundação em 1995, portanto, há 23 anos, outros 23% do total, participam há 10 anos, 8% têm 12 anos, 3% têm 15anos, 7% têm 6 anos de participação,8% 20 anos que participam.

Gráfico 5-Tempo de participação dos entrevistados



Fonte: pesquisa de campo, 2018

Dentre os entrevistados todos afirmaram que participam da reunião, a maioria deles disse que nas reuniões escuta o que estão acontecendo e apenas a minoria discute e dá opiniões, ou seja, participa efetivamente. Os associados ficaram sabendo da associação através do atual presidente que na época, quando estava organizando para formar a associação, fez parte do processo de constituição do empreendimento.

Quando questionado sobre qual o objetivo de participar da Associação, a pesquisa de campo apontou que as principais respostas foram: para poder trabalhar melhor; trabalhar em conjunto e adquirir conhecimentos através de projetos e cursos como, por exemplo, o curso beiju e de salgados; melhorar a condições do povoado, pois, traz coisas novas para o campo; garanti a união de pessoas e adquirir esclarecimentos, melhorar o lugar e as pessoas para se reunir e vender os produtos; facilitar para conseguir benefícios aos agricultores e quando estiver no momento da aposentadoria a participação é uma forma de comprovar que trabalha na agricultura familiar; para poder ter acesso ao trator e pagar uma taxa mais barata; organizar a produção de farinha e participar da casa de farinha, e, finalmente afirmaram que todos estes objetivos tem como consequência o crescimento e a melhoria para o povoado. Um dos entrevistados completou:

É muito bom estarmos unidos, aprendemos coisas novas, vêm os projetos, vem cursos do SEBRAE e do SENAI é uma riqueza enorme, há alguns anos atrás tinha café da manhã toda segunda feira, era muito bom a gente se confraternizava, era uma alegria, no final de ano tinha almoço, distribuição de sementes, gosto muito de participar associação, enquanto eu for viva não quero sair da Associação (Entrevistado 3).

Outro entrevistado relatou também que: “Eu acho muito bom à associação aqui do povoado, valoriza o lugar que agente vive, valoriza as pessoas, agente se diverte, quando estamos unidos, antes da Associação, ninguém conhecia o povoado e hoje todo mundo conhece” (entrevistado 4).

Desse modo a associação é reconhecida e considerada importante para associados porque foi através dela que trouxe vários aprendizados, possibilidade da participação em projetos, em cursos e também trouxe benefícios para unir forças para o crescimento e a valorização do povoado e como consequência para o fortalecimento da agricultura familiar. Dentre outros benefícios, os resultados apontaram à casa de farinha que beneficiou os associados na fabricação de farinha e beiju, além do trator que serve para toda a comunidade, porém, cabe destacar que quem é associado precisa pagar uma pequena taxa (no vaor de 12,00 reais por hora de trabalho do trator) mas tem a garantia da geração dos produtos e consequentemente a geração de renda.

Desse modo destaca-se que: “A associação é importante demais, vem muita coisa que a gente precisa, tem as viagens os cursos, é muita boa e de agora em diante vai para frente com o novo presidente” (Entrevistado 5).

Dentre as outras conquistas já citadas pela Associação para os associados e para o povoado vale destacar: os empréstimos feitos através do Banco do Nordeste, uma roçadeira e distribuição de plantas frutíferas feita pela EMRAPA.

Um dos associados afirmou que:

Fizemos uma reunião e percebemos que no povoado precisava de um posto de saúde e algumas pessoas do local estavam questionando: para que esse posto aqui na comunidade, não precisa não? Quando o posto foi construído, a pessoa que criticou, foi a primeira que foi atendida em um dos serviços do posto de saúde (Entrevistado 4).

Quando questionado sobre os principais problemas enfrentados pelos associados no povoado, a partir das entrevistas ficou claro que: a dificuldade de comercialização dos produtos, a violência do povoado, a falta de apoio técnico, e, a falta de união de alguns associados foram os que mais se destacaram. Dentre os problemas identificados um dos maiores gargalos é a comercialização dos produtos, porque segundo entrevistas, quando vendiam para o PNAE já tinham destino certo, sabiam para onde iriam vender os produtos e atualmente o pouco que produzem vendem mais barato para atravessadores. Um dos entrevistados em sua fala diz que:

Há alguns anos atrás nossos produtos tinha destino certo, mas agora vendemos para atravessadores a preço mais barato, e farinha fica difícil para vender porque não temos transporte para levar a feira ou mercados, e como o saco da farinha é pesado, acabamos vendendo para quem vem até a minha casa comprar.(Entrevistado 6).

Por outro lado, vale destacar as principais parceiras vinculadas à associação ao longo de sua fundação, são a CESOL, a ASCOOB Associação e o Banco do Nordeste.

No processo associativo foram identificadas algumas dificuldades dentre as quais, a não contribuição da mensalidade continuada, a falta de participação efetiva de alguns sócios, outros afirmaram ainda que a diretoria anterior prejudicou a Associação, no sentido continuidade as atividades desenvolvidas pela associação, falta de interesse por parte de alguns dos sócios ter uma participação mais e expor suas opiniões, e por fim, foi constatado que, no geral, todos querem benefícios mas nem todos colaboram efetivamente para o sucesso do empreendimento.

Na organização da atividade de produção e comercialização atualmente o empreendimento está esperando o resultado do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA para comercialização dos produtos, como já apontado anteriormente. O campo ressaltou que faz 4 anos que ocorreu a distribuição de sementes e adubos e nesse mesmo período comercializaram para a merenda escolar, via associação, mas no momento atual não estão comercializando.

Apesar das dificuldades apresentadas, quando questionados se estão satisfeitos com a diretoria da associação, em torno de 80% dos entrevistados declararam que estão satisfeitos, 13% declararam que estão pouco satisfeitos, e, 7% estão insatisfeitos,(de acordo com esse entrevistado estar muito recente que a nova diretoria tomou posse, sendo que a diretoria tomou posse em 22 de março de 2018 e segundo ele ainda não viu nenhuma mudança).

Uma preocupação quando se fala em agricultura familiar refere-se à juventude, mas no momento atual os entrevistados declararam que a associação não está desenvolvendo nenhuma atividade para jovens. Problema que pode ter impacto sobre a saída ou permanência do jovem no campo.

Em campo percebeu-se que, de modo geral, a associação tem contribuído para o bem-estar e melhores condições de vida dos associados, trazendo benefícios, cursos, qualificação e formação, contribuindo para geração de renda. A casa de farinha é um dos exemplos, onde é utilizada pelos sócios da Associação e também pelos moradores do povoado, trouxe melhorias

como os cursos e conhecimento sobre vários assuntos. Conforme a pesquisa de campo, 73% dos entrevistados participaram dos cursos.

A respeito dos cursos, uma das associadas destacou: “Particpei dos cursos de salgado e beiju, hoje sei fazer salgados, faço beiju, outas associados fizeram curso de manicure, e hoje já trabalham fazendo unha, com esses cursos, além do aprendizado gera renda para nós” (entrevistado 5).

No entanto, cabe destacar que, verificou-se que atualmente a associação está com suas atividades paradas. Estão passando por um processo de reativação das atividades, segundo os associados, à gestão da diretoria anterior não deu continuidade as atividades do empreendimento, mas, segundo eles estão esperançosos que com a atual diretoria a situação vai se normalizar, a atual diretoria tomou posse no dia 22 de Março de 2018, a nova diretoria é composta pelo presidente, vice-presidente, secretaria e tesoureiro.

6. Considerações Finais

O presente trabalho teve como tema o associativismo, especificamente, o estudo foi feito sobre os impactos que o associativismo trouxe para o povoado do Jacarezinho, zona rural de Cabaceiras do Paraguaçu. Ao analisar os resultados de campo, para conhecer as experiências e os impactos da associação para os agricultores do povoado Jacarezinho, foi possível compreender que o associativismo trouxe sim impactos positivos no contexto da associação, tanto para os agricultores associados, como para o desenvolvimento local representados pelo acesso às infraestruturas produtivas, como escolas, posto de saúde, ponte, trator todos adquiridos via associação. Leonello (2010) destaca que as associações civis são feitas através da ação coletiva que luta por igualdade e tem como objetivo gerar solidariedade. Almeida (2014) destaca que as associações não possuem fins lucrativos mas lutam coletivamente em busca dos seus interesses.

Além disso, possibilitou também aos agricultores capacidade organizativa para participar dos editais e ter acesso as políticas públicas como o caso do PNAE e PAA, acesso aos cursos, aos empréstimos através do banco do Nordeste e em outros, e, nesse contexto, embora ainda enfrem muitos desafios, sobretudo, no processo de comercialização, da efetiva participação dos agricultores na Associação, o processo organizacional é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento. No entanto, cabe destacar, que o município ainda não

atendeu ao mínimo exigido por lei para as compras da agricultura familiar via mercados institucionais.

Por outro lado, observou-se também que a criação da associação foi feita através dos próprios agricultores, portanto, de “dentro para fora”, no início da criação a intenção era organizar a venda da produção, em seguida foi pensando o que o povoado estava precisando para garantir o melhor bem estar dos associados, sendo que começaram a planejar o desenvolvimento do povoado. De acordo com Luchann (2014), as associações se constituem para a construção de solidariedade e confiança para que possam estimular a responsabilidade com os assuntos públicos.

Em relação a gestão, observou-se que há uma dificuldade na hora de gerir a Associação, embora se fale na autogestão e da forma igualitária entre os associados, porém na pratica, os associados coloca toda a responsabilidade e obrigações no papel do presidente. Os associados apontam que a cooperação é importante, que a “união faz a força”, mas, quando participam das reuniões poucos expressam suas opiniões e suas ideias, como observada nos resultados, e nesse sentido, uma estratégia autogestionária precisa ser estabelecida para que o processo organizativo tenha uma ativa participação. Almeida (2014) destaca também que na organização associativa, os associados têm poder de igualdade na tomada de decisão.

Todavia, cabe aos associados juntamente com a nova diretoria se organizar para regularizar as atividades na associação e melhorar o desenvolvimento social do povoado, melhorar as participação e discussões nas reuniões e solicitar apoio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município, e a outras instituições de assessoria técnica, enquanto agentes externos fundamentais para fortalecimento do processo organizativo, vislumbrando a valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento local.

7-Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rhaiany Zavarize Dala Costa de. Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais/UEN. Associativismo na agricultura familiar e capital social: uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro. CONINTER 3. CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. *Anais...* Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 2, p. 385-402

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHENEIDER, Sérgio. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanço, contradições e desafios para o futuro. In. GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-80.

BALEM, Tatiana Aparecida. **Associativismo e Cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2016. 97 p. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_fruticultura/sexta_etapa/arte_associativismo_cooperativismo.pdf. Acesso em 20 de Maio 2018.

BARCELLOS, Ricardo ; SCHELELA, Simone Schuster. **Marketing e vendas**. Curitiba-PR. Universidade Federal do Paraná, Rede e-Tec Brasil, 2012. 128p. Disponível em : http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/marketing_vendas.pdf

BRASIL, Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019 de Julho de 2014 que estabelece o regime jurídico as parcerias voluntárias **Casa Civil**. Brasília. 14 de Dezembro de 2015; 194º Independência e 127º da República Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113204.htm. Acesso em 15 de julho de 2018.

BRASIL, Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de produção Agrícola, institui o cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Casa civil**. Brasília, 31 de maio de 2017; 196º da Independência e 129º da República. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm. Acesso em 29 de julho de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo**. – 2. ed. – Brasília : MAPA/SDC/DENACOOP, 2008.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Como criar e administrar associações de produtores rurais: manual de orientação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária**. – 6. ed. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 155 p.

BRASIL. Ministério de agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo Rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. 2016. Acesso em 26 de junho de 2018.

CARDOSO, Univaldo Coelho. Associação; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira, RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. – Brasília: **Sebrae**, 2014. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/\\$File/5192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/$File/5192.pdf). Acesso em 26 de Junho de 2018.

DORNELES, S. B.; DELLAGNELO, E. H. L. Autogestão e racionalidade substantiva: a Bruscor – Ind. e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda.- em Análise. XXVII ENANPAD. **Anais...** Atibaia: São Paulo, 2003.

FAGOTTI, Licia Nara. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. REDD – **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.9, n.1, jan./dez. 2017.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cabaceiras-do-paraguacu/pesquisa/31/29644>. Acesso em: 04 Maio 2018.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . **Sinopse do censo demográfico de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=29>. Acesso em 20 de julho de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. **Historia de Cabaceiras do Paraguaçu- Ba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cabaceiras-do-paraguacu/historico>. Acesso em 26 de julho de 2018.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

LUCHMANN, Ligia Helena. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista brasileira de ciências sociais** – vol.29 nº 85, 2014.

NAVARRO, Tassia. **Saiba como ter a DAP: documento que dá acesso às políticas públicas para agricultores familiares de todo o Brasil**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-ter-dap-documento-que-d%C3%A1-acesso-%C3%A0s-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-para-agricultores>.

NEPOMUCENO, Vicente et al. Autogestão nas Empresas Recuperadas por Trabalhadores: uma análise do caso Cooperminas. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, 2015. Edição Especial XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In. CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação no campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Renata Sibéria; SANTOS, Josefa de Lisboa. Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo- Uma análise do controle do Estado no espaço agrário brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral-CE, vol. 14, n. 1, p. 69-80, 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. Rio de Janeiro: **AS-PTA**. 2014.- (Agriculturas: experiências em agroecologia; cadernos de debate; n1)

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e a pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 pagina 51. Fevereiro/2003.

TONIASSO, Hélia Rosani. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso associação Harmonia de agricultura familiar de mato grosso do sul e a sua Sustentabilidade. **Informe Gepec** – Vol. 12, nº 2, jul/dez. 2007.

SOUSA, Marana Sotero de. O desenvolvimento de políticas públicas para o setor rural a partir da relação agricultura familiar, estado e democracia. 1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 1. In: CONGRESSO NACIONAL DE CONPEDI – **Anais...UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25.: Belo Horizonte, MG), 2015.**

Souza, Fabio Batista de. **Associativismo Rural: uma análise da Associação Comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN**. 2016. 73f. Monografia. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3501/1/Associativismo%20Rural_Monografia_Souza.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Grassi – 2.ed. –Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO DO ASSOCIADO

IDENTIFICAÇÃO DO ASSOCIADO

1. Nome

2. Sexo

() Feminino

() Masculino

3. Idade

() 18 a 25anos

() 26 a 35 anos

() 36 a 45 anos

() 46 a 55 anos

() acima de 56 anos

4. Escolaridade

() Analfabeto

() Fundamental (1 grau) incompleto

() Fundamental (1 grau) completo

() Médio (2 grau) incompleto

() Médio (2 grau) completo

() Superior incompleto

5. () Superior completo

INFORMAÇÃO SOBRE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

6. A agricultura é a principal fonte renda?

() Sim

() Não

7. Se não, qual é sua principal fonte de renda?

8. Se sim, há outras fontes de renda além da agricultura?

() Sim

() Não

9. Se sim, qual (ou quais)?

10. O que é produz? (múltiplas escolhas)

() mandioca

() feijão

() milho

() limão

() laranja

() fumo

() Outras culturas. Especificar_____

11. Qual o destino da sua produção? (múltiplas escolhas)

() Venda direta ao consumidor final

() Atravessadores

() Feiras livres

Autoconsumo

Outros. Especificar _____

12. Como é feita a comercialização?

De forma coletiva

Individual

Ambas as formas

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS

13. Quanto tempo participa da Associação?

14. Participa das reuniões da Associação?

Não

Sim

15. Se não, por que não participa?

16. Como é sua participação nas reuniões?

Apenas escuta

Participa das discussões e dar suas opiniões

Apresenta proposta

17. Como ficou sabendo da Associação?

18. Qual o objetivo de você participar da Associação?

19. Você considera que a associação é importante para povoado? Por que?

20. Quais as conquistas trazidas pela associação para os associados e para o povoado?

Justifique.

21. Enquanto associado você já participou de algum curso de capacitação?

Não

Sim

22. Quais os principais problemas enfrentados pelos associados no povoado?

Falta de apoio técnico

Comercialização dos produtos

Produção dos produtos

Violência

Outros problemas _____

23. Existe alguma assessoria e/ou parceria para os associados? Quais? Quem foi o responsável?

24. Você acredita que tem algum problema no processo associativo? Se sim, quais?

25. A associação tem algum papel na organização da atividade de produção e de comercialização dos associados? Se sim, de que forma?

26. Enquanto associado, qual o nível de satisfação com a gestão atual diretoria?

Muito satisfeito

Pouco satisfeito

Satisfeito

Insatisfeito

27. A Associação desenvolve algumas atividades para os jovens?

Não

Sim

28. Se sim qual?

29. Você considera que a Associação tem contribuído para o bem-estar e melhores condições de vida dos associados?

Sim

Não

30. Se não, porque?

31. Se sim, por quê?

ANEXO 2

Questionário- presidente

1. Como surgiu a ideia de criar a associação? Relate o histórico.

2. Quantos são os sócios?

3. A associação tem interferência no aspecto produtivo e de mercado? Como é esse processo?

4. Quais as atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores tem apoio da associação?

5. A associação possui sede própria?

6. A associação se reúne com frequência? Quais os assuntos são discutidos? Como é a participação dos sócios?

7. A associação tem mensalidade? Como é a participação dos sócios?

8. Quais as conquistas trazidas pela associação para seus sócios? Termos sociais, econômicos, produtivos...

9. Quais os problemas enfrentados na gestão da associação?

10. A associação tem alguma assessoria/parceria? Quais são?

11. Todos possuem DAP?

12. Comercializam para o PNAE?

13. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente tem contribuído em algum momento para o fortalecimento da associação? Explique.

